

Das Entranhas do Político, Das Tentações da Ciência Social

João Sedas Nunes ¹

1. Nota introdutória

Este artigo tem como *limite-inferior* uma comunicação, subordinada ao tema *Novas Rotas do Político*, efectuada em 15 de Abril de 1999 no âmbito das *Noites de Sociologia*, grata iniciativa, já com tradição, dos *Estudantes de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Esperar-se-ia, conseqüentemente, que fosse publicada com as demais comunicações nessa ocasião apresentadas no espaço próprio que esta revista lhes destina. Dado que, porém, o texto ora divulgado a transcende em dimensão e em problematização, procurando nomeadamente integrar parte (mas só alguma², frise-se) dos contributos e da controvérsia que se geraram no debate subsequente, solicitei uma alteração do *estatuto editorial* desta peça. Não mais comunicação *redigida em registo coloquial* (que, de facto, já não é) a (con)verter em *escrito publicável*; antes, pequeno artigo a ela, ainda assim, reportado. Sugestão aceite, fica. Acolhimento que aproveito para agradecer. Como agradeço também o convite, que muito me honrou, para participar nas *Noites*, afinal o que originou tudo isto.

¹ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

² A esta *alguma* parte dever-se-á acrescentar, valha a verdade, *o sentido* da reconstrução que lhe *quis* imprimir. Assim sendo, não se espantem aqueles que *comigo* usaram da palavra acaso sintam os seus argumentos tratados com pouca fidelidade ou até totalmente subvertidos; logo, contornados e por isso não rebatidos.

2. Políticos e jornalistas: quando as forças centrífugas escondem forças centrípetas

Devo começar por esclarecer que não faço parte da tribo dos especialistas da política (politicólogos, investigadores de ciência política, fabricantes de sondagens e inquéritos de opinião, comentadores argutos, etc), nem jamais fiz sociologia política, a não ser porventura se se considerar que toda a sociologia, como definição ou modo específico de dizer ou classificar a realidade que desmonta, confronta e desafia as visões estabelecidas, isto é, enraizadas e naturalizadas, é necessariamente *política*.

Gozo pois de alguma distanciação (pelo menos assim gosto de pensar), que, não devendo ser entendida como vantagem, espero que permita equacionar algumas questões (em rigor são simples hipóteses *especulativas*) sobre o político que o empenhamento activo ou proximidade talvez interditem ou pelo menos dificultem.

Como mote, muitos pontos de partida reconhecíveis poderão ser tomados. Quiçá o mais espectacular (justaposto com objecto de cáustica reflexividade, ditada amiúde por desesperada irritação, para alguns actores políticos) será a crescente imbricação do político no mediático. Cristalizada com o acantonamento, às vezes roçando o *hard-core*, e regionalização das agenda e actividade políticas na lógica da actualidade e acontecimento tal como estes são fabricados ou impostos em contínuo processo de singular negociação com os *media*, em particular televisivos. Aprofunda-se, cimenta-se e institui-se a dependência — dependência mútua, diga-se desde já — quando, como é usual observar, se marcam conferências de imprensa, comunicações partidárias, sempre tidas energicamente como fundamentais, coincidindo milimetricamente com *prime-times* televisivos ou aberturas de telejornal. Mas também quando se é compelido a gerir crises internas de partidos em *discurso directo*. Veja-se a este propósito o espantoso exemplo (Abril de 1999) das tomadas de posição veiculadas em primeira mão nos *media* do anunciado Presidente do PSD, Durão Barroso, quanto à escolha das listas do PSD para o Parlamento Europeu. Começou por endereçar ao 'velho' Conselho Nacional essa responsabilidade, para depois, perante a *perturbada* incoerência deste, chamar a si, e só a si, a decisão, dizendo, na mesma elocução, que todo o país conheceria no dia seguinte a sua, sublinhe-se: *sua*, lista. E conheceu, de facto.

Falo de dependência mútua e não de sujeição unidireccional da *acção política* à *acção mediática*. É que não é menos verdade que o *timing* político

vincula a presença do jornalista, impossibilitado de ignorar aquela conferência de imprensa ou urgente comunicação naquele exacto horário. Como no caso das 'fontes fidedignas sigilosas de informação', as quais, consoante o momento e a situação (a conjuntura), são alvo de exprobação ou de apropriação *material* por parte dos políticos — servindo, neste segundo movimento, por hipótese, para mandar recados ou torpedear as táticas de um qualquer adversário/concorrente de ocasião. Dir-se-á, 'pescadinha de rabo na boca'. Será. Como quer que seja, fará melhor o cientista social em o não esquecer. Sob pena de cair na reprodução mais ou menos elaborada e eufemística de queixumes, lamentos e fajardices *interessados* de políticos e outros agentes que em torno destes gravitam quanto à lamentável e subversiva (das suas nobres funções) inscrição *contra-natura* e *contra-vontade* do 'fazer política' nas leis da espectacularização e dramatização que estruturam hoje em dia o 'fazer informação'.³

Disse atrás que este processo tangenciava o *hard-core*. Não me estava a referir a qualquer tendência já claramente cerzida para uma devassa mediática da vida privada dos actores políticos, fronteira por enquanto aparentemente preservada no caso português. Antes a certos custos desse fecundo cruzamento/entrelaçamento dos protagonismos políticos com o *modus faciendi* dos chamados meios de comunicação de massas. Não é raro, nessa circunstância em que na *liturgia do directo* políticos e jornalistas celebram duplamente a importância e urgência dos seus ofícios, as vozes de uns e outros se sobrepõem. Corrijo: para todos os *efeitos de mobilização de significado*, sob a forma, seja de síntese 'do que fulano está a dizer ou disse' (interpretação parasitária que não se deixa entender enquanto tal), a mais frequente, seja de 'comentário (in)dependente', a mais esparsa, a dos segundos abafa e comprime a dos primeiros, chegando a transformá-la, caso-limite sem dúvida, em ilustração cacofónica de *sabido* (sabidão?) ponto de vista.

O paralelo irreprimível para um professor como eu é o da sala de aula. Nela, o outrora lente detém o monopólio da palavra e dos usos civilizados

³ A atenção para esta 'reciprocidade' foi-me sugerida por Rui Teimo Gomes, numa pertinente observação a uma primeira versão deste texto que a não contemplava. Por causa das suas implicações, esta sua maviosa nota converteu-se na minha abordagem numa espécie de exigência de 'modificação de eixo conceptual', acabando por determinar outras alterações sensíveis ao longo do texto. Resta dizer que todas as que entretanto introduzi são da minha inteira responsabilidade.

dela. Quem *corromper a pureza* dum seu raciocínio articulado é pura e simplesmente silenciado. Na conferência de imprensa política isso já não é assim. Pode até tratar-se (no dizer do seu autor) de um vital anúncio ao País e aos portugueses, mas há que consentir na reportagem *em cima do evento* e seus solilóquios sem pestanejar.

Há pois uma incontornável *gramática de produção de objectos políticos* que, em larga escala, na construção não só das respectivas formas de comunicação e difusão mas também, obviamente, dos conteúdos transmitidos, e até das *clientelas* primariamente envolvidas e visadas, escapa ao controlo estrito dos sujeitos *auto* e *hetero* pautados como membros da classe política. Esta *afinidade simbólica*, dada pela comunhão, *em jogo de espelhos*, de um certo conjunto de visões do mundo (universos de referência, esquemas de pressupostos não-ditos, estereótipos, percepções e representações afuniladas deles decorrentes), não deve ser erradamente tomada como sinónimo de ausência de importantes lastros de conflitualidade e secessão. A ela, aquela afinidade, se liga igualmente a constante idealização recíproca, *endo* e *exo* orientada, das autonomias agenciais das duas esferas — e mesmo, *nota de rodapé* porque se trata de aspecto que não desenvolvo, dentro destas, das *sub-autonomias*, desfolhadas na crescente diferenciação daqueles *politics worlds* e no seccionamento das respectivas categorias (velhas e novas) de agentes legítimos.

Jornalista que se preze, isto é, que não comprometa a sua independência (o mais caro dos seus valores), em nome da *opinião pública* (uma primeira curiosa entidade abstracta) e dos seus direitos, vigia e, se for caso disso, denuncia e desmascara o político: as suas titubeias, as promessas não cumpridas, os logros, os favores, as incompetências, os jogos palacianos, o cálculo sórdido do *poder pelo poder*, etc. Político que se queira afirmar, particularmente quando em *magistério*, não vacila perante a opinião pública e suas pressões, não procura agradar a gregos e troianos, defende, em suma, o *interesse nacional* (uma segunda curiosa entidade abstracta) que o Estado concentra — o que alguns, para assinalar a *propriedade corpórea* que marca a *diferencia específica* dos Grandes, insistem em designar por *sentido de Estado*. Não é da falta disso que, reveladoramente nos próprios *media*, o actual Governo de António Guterres é uma e outra vez acusado? Tantas palavras, diálogo, oratória mestra, quanto esquiva, indecisão, falta de firmeza, incapacidade de liderança e de conduzir Portugal.

Constrangidos por um mosaico de sensibilidades (auto)censórias comuns, um verdadeiro *etnocentrismo*, que opera discretamente através do

fechamento do campo do cognoscível (originando crédulas assunções da realidade que antecipam por *conformismo lógico* um dado *conformismo moral*), isso não impede, bem pelo contrário, uma intensa, ostensiva e permanentemente revisitada definição de polémicas e contrários, inclusive truculências e animosidades, mediante a qual se vai actualizando, sobretudo em modalidades discursivas, a separação das águas ou clivagem dos dois mundos e as margens que acolhem o seu inevitável (des)encontro.

É ainda aquele etnocentrismo que, filigranado nesta dimensão em *dupla hermenêutica de suspeição* (destaque-se tão só a facilidade com que, na *dialéctica de controlo* que anima as lutas simbólicas de classificação política, é incorporada nos 'textos escolhidos' a participação não abdicada do leitor, de um e outro campo, atribuindo sistematicamente intencionalidades, filiações e entendimentos ocultos e sorrelfos, afinal de contas uma recriação ou tradução inalienável do leitor que, por ser inalienável, não pode ser do 'texto escolhido' esfumada), está presente na definição das polémicas e contrários que (des)contentam políticos e jornalistas na *certeza ideal* da sua oposição e distinção relativa.

3. A '*dupla hermenêutica de suspeição*' e o político como lugar do fictício

Esta *dupla hermenêutica de suspeição*, princípio lógico de uma medição irrevogável da distância entre as palavras e as coisas (mas medição, atente-se, *feita em palavra*, mesmo quando esta se transforma em *artefactos materiais*), por seu lado contribui (mas longe de a determinar em *solo*) para reforçar uma das mais fulgurantes contradições que constituem o espaço da actividade política. O da impossibilidade de reconciliação plena da sua autonomia, em termos de práticas e discursos, com um *estado de bem* — sendo que o bem geral, do Povo, de Portugal, lembre-se, continua a ser um dos principais princípios manifestos da própria legitimidade do político. Isso é visível, desde logo, na inesgotável necessidade de reafirmar convicções, seriedade, (des)interesse, outro que não o da causa pública, despojo, ou até a nobreza da *arte da polis*. Como diria Shakespeare, '*the lady protests too much*'. Necessidade que involuntariamente cauciona uma certa ideia de infestação e podridão (aparte ou nota solta para ressaltar sob forma de interrogação a utilização destes dois últimos vocábulos - *infestação* e *podridão*: por que será o entendimento político-mediático tão permeável à linguagem

médico-sanitária? Entre o saudável e o doente, como pólos antinómicos estruturantes da pulsão — *conatus* — do *homo politicus* - aplicados à *sociedade*, à *economia*, ao *regime político*, etc. —, se vai ele *redobrando e replicando* muito para lá da *metafórica* - princípio *cognosciendi* que inclui também, para citar apenas alguns exemplos mais, noções *vagas* como as de *crescimento*, *maturação*, *aquecimento*, *chaga*. O que nos dá, salvo erro, uma certa *relação* com a ciência, o que quer dizer: em sedimento, com uma *hierarquia subtilmente ventilada* das ciências).

Visível ainda nas estratégias carismáticas mais rendíveis. O capital político de Cavaco Silva assentou formidavelmente na representação ou arquétipo do não-político. A verborreia nunca foi o seu forte. A facúndia fácil e demagógica muito menos. Figura austera, de poucas e às vezes hesitantes palavras, mas de muita competência técnica e acção, quase *factotum*. Alheio visceralmente, assim quis e por ele quiseram (e alguns continuam a querer) fazer crer, aos exercícios terrenos das *leis da economia das relações políticas*. Beneficiando finalmente de um crédito indivisível e intransmissível: o dos *volantes* da História — no tempo, tempo seguinte de outros, a *efemerizar* por dissolução do encantamento (sem que com ela vá o *desmanche* do princípio filogenético de *delirium 'todo poderoso'* — veja-se como a queda (saída de cena) foi acompanhada por relatos mais ou menos biográficos de *humanum est* — como os outros, havia conspirado; como os outros, havia transgido; como os outros, havia favorecido). Antes dele, Ramalho Eanes fizera apelo, e dele recolhera benefícios, a *grandeur* homólogo. Mas aí o desdobraimento do seu capital político sob a forma tentadora de *hipérbole 'contra os partidos'* a objectivar na formação política (PRD) que criou ou inspirou, consoante as versões, deitou por fim (quase) tudo a perder. No longo prazo condenados ambos pela *dupla contradição nos termos* espoletada *automaticamente* pela transferência de um capital político forçosamente em relapso de caducidade assim que *extraído do corpo*. De resto, não há muito (finais de Março de 1999), Mário Soares reivindicava essoutra condição, fora da singularidade social como *metonímica tacanha* do político para justificar o seu regresso às lides eleitorais - claro está, sem se expor à exacerbação fementida da campanha tipicamente eleitoral. Em nome dos grandes Valores: Europa, Democracia, Portugal; para lá, muito para lá, da *geo-metria* do quotidiano político.

Três compassos, embora a cada 'o *seu estilo pessoal*', triplo 'efeito perverso' ou 'consequência não pretendida'. Ou talvez não. Mas nesta hipótese, supor-se-ia atribuir a estes protagonistas uma espécie de *finalismo*

de Príncipe que, convenhamos é bem mais provável, terá estado arredio das suas congeminções/inspirações. De facto, nunca o resultado *colectivo* produzido (a representação *dominante* do político como *estado não conforme à moral* ou *não virtuoso*) terá sido por algum deles deliberadamente visado. O que, por seu turno, leva a considerar que, paradoxalmente, o 'ser político *a contrario*' (enquanto *rationale* de monopolização da *violência política simbólica*), longe de tratar-se de *palpitação heterodoxa* ou que faça chama de *disposição revolucionária* (em relação à ordem lógica instituída), será um dos *possíveis*, por sinal dos potencialmente mais eficazes, permitido pelas estruturas primordiais *banalizadas* do pensamento político.

O que este *possível* promete, no entanto, nem sempre cumprirá. Quer dizer que não basta sugerir/exibir em *actos performativos (in)directos* o discurso e a ênfase do *desalinhado* para recolher imediatamente o *carisma* como *força mágica* de autoridade — *primus inter pares*. Quando encerrado nele mesmo, sem recorrer a outras propriedades legítimas (mobilizáveis) de nobilitação política, reconduzirá invariavelmente quem nele se acolhe, questão de tempo até que se torne notório, à vacuidade como *vaniloquência* dos seus arremessos. Como se certifica no *milieu*: 'para tão só captar os votos dos incautos descontentes ou desavindos com os partidos'. É sempre preciso mais *qualquer coisa* — uma configuração *cumulativa* de atributos. Que, a par das elevadas qualificações escolares e de um certo tipo de capital tecnocrático (tudo leva a crer centrado, na forma com a taxa mais favorável de conversão em capital *político* simbólico, na *economia das relações económicas*), tanto pode integrar a honorabilidade da inclinação ao sacrifício *pro pátria mors* do militar que deu (reconhecidas) provas da sua coragem e tenacidade como a *têmpera* convergente em vários *tabuleiros semióticos* (discursivo, postural, gestual, etc.) do 'homem com genuínas ligações ao povo'.

Condensação que algumas personagens da nossa praça política persistem em ignorar por completo. *Neutralizando* na mesma volta o quão arriscado é, ao não disporem dessoutro (indispensável) *património*, instrumentalizar um princípio de aura política que, pela *tensão contraditória* que contém, os pode conduzir bem depressa ao abismo do mais *puro* dos anátemas: a 'revelação' do *político como os outros que até finge não ser político*. Efectivamente, ganha-se uma reputação; do género que nenhuma mulher deseja coleccionar.

Visível, outro expoente, para retomar 'o fio à meada', é certo que de modo menos directo, no *empacotamento* de competências. O rasteio da obra, desensarilhado em aferição de *conhecimentos com causa*. E neste plano o(s)

político(s) colide(m) com a dominância social dos regimes de especialização e peritagem. Observe-se, quando o *cibório virtual* junta políticos e peritos, a *inépcia sistémica* que, seja em *discurso de instituição* da realidade, seja de justificação da decisão/opção realizada, cava o *lugar estrutural* dos primeiros, matizado que seja este por proveniência profissional da alta tecnocracia de Estado ou empresarial, ou mesmo universitário-científica. Levados a se refugiarem *pela força das coisas* na 'complexidade das questões técnicas', os políticos ficam à mercê do ponto de vista técnico, que os técnicos, e não eles (não obstante a origem de recrutamento), monopolizam enquanto competência legítima (autoridade *propriamente* tecnocrática). Podem então estes, ironia, ao abrigo desse poder reconhecido e concedido, dar-se ao luxo de tomar posições *eminente* políticas sem que isso pareça (ou possa parecer) acontecer. Enquanto aqueles se reserva em tantos episódios o ziguezaguear entre a arrogância típica dos 'mal-formados', ou tida, benigna concessão, como fruto de desconhecimento, e a habilidade diplomática da 'fuga às questões'.

É claro que isto só foi possível, não é somenos indicá-lo, com a decadência, diria: em tombo estrondoso, da *ideologia da ideologia*, substituída por uma *ideologia do pragmatismo*, de contabilidade factícia. Na ontologia política hoje em dia hegemónica, que exclui as simbólicas heréticas, votadas à erosão da *panasse* histórica, do anacronismo despiciendo ou da panfletária arrevesada, a tradicional insistência nos valores, sejam da direita ou da esquerda, já pouco conta. O que é relevante, decisivo, na verdade, é a resolução dos problemas concretos das populações e dos grupos sociais. Aqueles valores por norma já só são invocados, na *doxa* vigente, quando se trata de lateral e fugazmente (re)encontrar diferenciações significativas no espectro político-partidário, persistentemente organizado, apesar de tudo — o que inclui as propostas que vis(ion)am a sua superação e abandono —, pela antinomia esquerda-direita.

Visível, por último, nas próprias *relações (lógicas)* que, activadas em gramáticas *binárias* (in)formais, cotejam em *expressão* e *conteúdo* a variabilidade semântica que delimita o *campo de possíveis* significados que os *significantes (socio-linguísticos)* esgrimidos podem abarcar. Penso mormente na oposição, como *signos (indecifráveis) do corpo*, entre político e estadista — aquele que é alvo deste epíteto liberto enfim das *transversalidades* comumente atribuídas ao mundo (social) da política. Ou na trasfega transfígradora da identidade nominal *nome de família* na *auctoritas política* objectivada *pela* História, vide salazarismo ou bem mais moderadamente

cavaquismo. *Regra teísta* que tende a impedir ou a dificultar a recondução espasmódica da personagem donde se catapulta à *regra chã* reconhecida-mente prevalecente naquele mundo (o que não quer dizer, arraste-se o raciocínio, que, ainda o mesmo *processo de alquimia*, não possa ser devolvida/construída através dos mais crispados vitupérios, acusações e injúrias).

Consagra-se o *político-realidade social* então como esfera de *boutades* indigentes, de episódios caracteristicamente menores, de duplicidades mal disfarçadas, invariância de ilusões efémeras demasiado óbvias, em visões mais radicais: serviço de donos tão invisíveis quanto imperiais. Numa expressão: *lieu dufictif. Posição de tartufo*. Ao ponto de um percurso profissional exclusivamente delineado em rede política ser *por si* desvalorizado e denegrido. Injunção de mediocridade. Pergunta-se: como é possível que, sem ter experiência (acrescentaria, em *doce censura*: legítima) do mundo social, sem nada saber da *vida real*, se possa ser premiado e bem recompensado por isso? Mais uma vez devolvendo ao político, na leitura dominante do seu funcionamento corriqueiro, as ambíguas qualidades *fictio* (inautêntico) e retórica que o tramam, no duplo sentido.

Autonomia armadilhada pois. Que não raro exaspera (mas será que poderia não exasperar?) os próprios agentes políticos. Agentes de uma uniformização gerada em *cartilha apócrifa*: condenados na melhor das hipóteses ao diletantismo; na pior à mera simulação e à falsidade vetusta, como se de sombras inauditas se tratasse.

4. O inefável apelo do mundo: acerca das esperanças depositadas por cientistas sociais na emergência de novas condições políticas de acção

Há cientistas sociais que, apesar de cientes dos encastelamentos em 'regiões sociais' dos mundos sociais da *objectivação política*, vislumbram na *colaboração conflitual* e concorrencial em várias *frentes* e aglomerando múltiplas *fileiras* de sujeitos políticos e jornalísticos, a possibilidade de simultânea (ou dela decorrente) emergência de novas *condições políticas de acção*. Em consolidação sob a forma de *grandes questões sociais* que, doutro modo, dificilmente *assaltariam* a agenda pública (os problemas do ambiente, do desemprego, da pobreza — ou, versão/manipulação intelectual, exclusão social —, da toxicod dependência, da igualdade entre homens e mulheres, da homossexualidade, etc), de *movimentos e actores colectivos*

improváveis (através dos respectivos porta-voz) e de *categorias de pensamento heterodoxas* — em certo sentido, é-o a de *cidadão*', precisamente quando se impõe perante as ditas mais *conformes* de *consumidor* ou mesmo de *indivíduo*, ambas insinuadas (in)directas do legado ideológico da *economia política clássica*. Formas estas que, é o dado empírico que *em suposição* o demonstrará, progressivamente se desvincularão (atingindo o que pode ser designado por proporções imparáveis) do dúplice *concílio* que lhes deu ímpeto, vidrado *em contínuo* no empeno do 'dar a voz ao povo e seus representantes'. A este propósito, limitar-me-ei a lembrar dois *vícios de raciocínio* (de resto implexos) que apoucam tais projecções, em dupla acepção.

O primeiro é de natureza *epistémica* e reporta-se ao *espaço da asserção sociológica ou antropológica*. Especificamente respeita à frágil e etérea demarcação entre *juízo de facto* e *juízo de valor*. A noção de 'crítica sociológica ou antropológica das formas sociais vigentes' como dimensão intrínseca do trabalho científico, associada a noções (ou suas homólogas) como as de '(des)construção', 'efeitos de teoria' e 'intertextualidade', veio dar força lógica ao esbatimento daquela fronteira, ao mesmo tempo que propiciou a instauração e validação científica de programas políticos auto-proclamados *realistas* e *universalistas* como o *Realpolitik da Razão* proposto por Pierre Bourdieu (para citar apenas o exemplo quiçá mais emblemático de *dimanação contraditória* - visto que podem ser ainda os instrumentos conceptuais desenvolvidos por este autor a mediar a *aspiração científica*, isto é, a desmontagem em *crítica sociológica*, do *seu* programa).

Nada tenho, em princípio, contra a *transgressão* de fronteiras sagradas, divisões mágicas, como a que, empedernida, deixada pela ciência oficial da *súcia dos problemas sociais* em estado impensado, separa e opõe (mas só em aparência) juízos *de facto* e *de valor*. O caso muda de figura, todavia, quando esta *transgressão* se converte num operador de sublimação de tomadas de posição *{radicalmente* políticas) perante o mundo social *de facto* prévias a ela. O *acto de apostrofar* transforma-se então em *apotegma*, tanto mais vinculativo e insondável quanto produzido por notável reconhecido (mesmo que tão só pelos seus pares), cujo poder simbólico, por seu turno, confirma e reforça, e realizado em denúncia ou destronização auto-reportada dos decalques taxonómicos da *prática social* (administrativa, em particular) efectuados pela ciência social portátil. No mínimo exigir-se-á *auto-socio-análise* que, sob a *enuniação do conhecimento*, procure controlar (investida *de fanal*, sei bem, *demoradamente* trémula) interesses *objectivos* e afinidades *de ponto de vista* a flutuar em estado implícito.

Em tendência, a adopção deste procedimento além de quaisquer *prestações cerimoniais*, selará (ou, pelo menos, ensaiará) um *deslocamento de horizonte*, revogando a vencível *auto-censura* que o suprajacente compromisso com as (*boas*) *causas do mundo* transporta. Mais necessário justamente quando estas beneficiam da *promoção ontológica* instada pela respectiva 'informação' sociológica ou antropológica, adjuração cerúlea que a tantos (cientistas sociais) encanta e não menos exaltam. Notarei aqui também, para iluminar melhor a interpelação do (des)concerto lógico que pretendo desraigar, o simétrico (vira-cu) *amor do conhecimento puro* (por definição, tremendamente reactivo a *programática política*) como disposição irreflectida da *libido científica* (sujeitar-se-á este texto a *apropriação simbólica* que nela, à laia de crítica auto-endossada, o faça morar?), liame pois a *contrario* da importância científica da *auto-socio-análise*.

Esta amnésia incrustada no *apotegma* incontinente esvazia de *heuristicidade* não só a reflexividade científica mas também, pois claro, *lux* ao segundo *vício de raciocínio* apontado, a objectivação sociológica e antropológica das *lutas simbólicas de classificação* levadas a cabo pelos agentes sociais, em especial aquelas que se emaranham e desaguam na (re)produção da definição legítima dos *problemas sociais* e *causas afins* que a sua êxtase recobre. Na verdade, o envolvimento *implicado* nelas, com mais ou menos calor e entusiasmo, corta cerce *a priori* a restituição em olhar não mistificado das (subterrâneas) *mecânicas sociais* a que elas obedecem. Valho-me da *pobreza ou /ou versus* *exclusão social* (por sinal, bem mais que um simples eufemismo erudito, o que procurarei mostrar adiante) como ilustração. Sintética e provocatória, sublinhe-se.

5. 'Exclusão social': uma *domesticação donairoso* da objectivação científica

Assenta a *vulgata realista* (não por acaso, *ombro no ombro* com o *espírito positivista* do dado matematizado, *linguagem sem linguaeiro*, largamente dominante na economia e na estatística) na ideia que a 'pobreza' ou 'exclusão social' é fenómeno *absolutamente* anterior ou exterior à sondagem e recorte científico. Que, em especial na primeira designação ('pobreza'), a mensura (determinando o volume e a estrutura relativa de pobres ou excluídos, assimetrias de distribuição da riqueza e do rendimento, etc.) e, mensurando-a, lhe dá visibilidade; logo, *'consciencialização provável* do problema'. Implicará então esta, momento perfeitamente distinto, em resultado de impe-

rativo moral de sociedade solidária (que encontra o seu retiro na trágica *miseriaé*), respostas públicas, isto é, políticas específicas do Estado, que, *utopia de lua cheia*, a combatam. Acto inaugural, do outro, *analítico*, substancialmente diferente. Lugar agora ao *anima* político-ideológico (*relicário* por excelência de *tomada de posição* perante a realidade), do qual o instituto *res júris* 'rendimento mínimo garantido' é, no caso português, o mais recente subjuntivo.

Sequencialidade que dá uma complementaridade. *Relação* que mais dá uma representação (moral) do trabalho científico. Um *conhecimento provido de (sobre)acção*, cápsula em pendularidade do *receituário* político legítimo.

Esta é a 'impregnação forte', típica da sociologia portátil. Constituirá tão só a referência (como máximo índice) da gradação dos *deslizamentos legitimistas* que muitas construções do objecto científico 'pobreza' ou 'exclusão social' sofrem. Com efeito, nem todas estas serão conjugações linearmente recriadoras do auto-evidente objecto social que lhes faz par.

Sem querer ir mais além, centrar-me-ei no procedimento de transposição ou conversão da 'pobreza' em 'exclusão social'. Na verdade, considerando-o na óptica de 'texto' ou 'material empírico' sobre o qual incide a (re)construção científica, pode ser inserido no processo mais amplo de mudança de *problemática*, como *visão oficial da 'ordem das coisas'*, que leva os objectos do *estado privado* (no caso em observação: *a pobreza*, que mobiliza a *acção moral* das misericórdias, da caridade, das igrejas, dos voluntariados, etc.) ao *estado público* (*a exclusão social*, que convoca, em seu lugar, a *acção tecnocrática* do Estado no âmbito da burocratização das relações sociais - *direitos dos desfavorecidos*, *programas de luta contra*, *equipamentos específicos*, etc. — que este cristaliza e promove). Processo que justamente requer uma *eufemização*, nem sempre conseguida, que parcialmente rechace as denotações e conotações que o anterior transportava ao mesmo tempo que instaura uma nova constelação semântica.

Paradigmático, quer das *lutas políticas de classificação* quer da possibilidade de fracasso da substituição de categorias envolvidas neste tipo de processo, é o caso da tentativa frustrada de sub-rogar *aborto* por *interrupção voluntária da gravidez* (no que foi acompanhada pelo *efeito* de preservar a prática que descreve na égide da *sanção penal*). Delatado como manobra política de camuflagem quando se tentou abandonar aquela em favor desta última. Despimento, aliás, possível porque, por contraste com a primeira, a segunda não se acha imersa no *crédito* de realidade da *categoria natural (izada)*.

Ao contrário, o caso em escrutínio funcionará como exemplo emblemático de operação *de passagem* bem sucedida. Para a qual terá contribuído, importa realçar, a chamada (produzida e imposta por um trabalho verdadeiramente *interessado* de classificação simbólica) do vocábulo 'social' como *forma de conteúdo* da exclusão. De facto, ela traz consigo a (i)mediata concita do colectivo, do bem geral enquanto universal a prosseguir. *Termo de instituição* que se lhe empresta confeccionando-a e normalizando-a como *problema da sociedade portuguesa* para o qual o Estado, enquanto instância *conatural(izada)* do colectivo e do bem geral, tem que encontrar respostas universais e satisfatórias.

Tenha ou não a *encravação* em causa gerado uma (nova) órbita semântica do tipo indicado, há *lógicas sociais* que facilmente escaparão ao cientista social que se deixa *cofiar* por esta categoria 'exclusão social' — vendo porventura na sua consagração oficial mais um foco ou impulso lógico do assentamento e desembainhamento irreversível das 'políticas de correcção das desigualdades sociais', desigualdades estas, consabido, que, *destacadamente* nas modalidades mais insondáveis e impenetráveis, não se cansa de bradar.

Contra este *afioramento permutável*, dir-se-á que a 'exclusão social' não constitui, nem uma *mera* translação eufemística de uma realidade prosaica (que seria a 'pobreza'), nem uma *simples* complexificação da aferição do desapossamento e privação de grupos sociais — por exemplo, contemplando, além dos 'recursos económicos' (cuja escassez dá, na versão mais comum, 'a pobreza'), as dimensões dos 'capitais culturais e sociais' e das 'participações política e cívica' e as *homologias de posição de exclusão social* que se estruturam a partir das relações (parte juridicamente garantida) entre essas várias dimensões. A 'exclusão social' é *também*, isto é, em paralelo com as *construções propriamente teóricas de noção científica*, uma categoria legítima da prática administrativa propulsionada em múltiplos organismos e serviços especializados, quer do Estado e das Autarquias, quer das instituições de solidariedade social (cuja existência é *vulgarmente* caucionada pelo Estado). E, como tal, integra o próprio *fundamento (gloria in excelsis)* das actividades (sociais) desses organismos e serviços e dos profissionais e titulares de competências tecnocráticas que estas actividades *circularmente* demandam.

Lembrá-lo significa, mais que alvitrar eventuais afinidades promíscuas *de senso ideológico* ou relações de *implacável* convivência (que sem dúvida as há - vide os produtos *heterocelebrados* da sociologia descartável), deto-

nar o *amplificado* reflexivo que toma os *iguais lexicais* resguardados por 'realidade social aceite' como efeito *ipso facto* de *coacção da produção de sentido*. Na verdade, por seu intermédio tece-se o *mercado* de ficções sociais (incluindo o estatuto *ilusionista* destas) dela *continuadamente* devendor. Dito de outra maneira, maneira *evidentemente* tautológica, a 'exclusão social' é uma *forma simbólica* que, ao largo da sua definição (no caso das visões *não estabelecidas*, frequentemente sulcada em *contracorrenté*) e da legitimidade (ou, nas propostas *heterodoxas*, ambição de) que a enrama, mesmo em arquitectura de *conceito teórico*, não cessa em *circunstância alguma* de se reportar, como *efeito* sub-reptício de *inteligibilidade socio-lógica*, aquilo que é: uma 'realidade social insofismável' ou nímio *bem* conhecida, ao menos nos *bas-fond* públicos e privados em que ela se converteu por fim em princípio de (di)visão generalizado.

Correndo embora o risco da sombração como efabulação *ex cathedra* ou até como *coisa de nefelibata*, tanto mais impertinente quanto desmistificadora dos fundamentos do *officium publicum* que a normaliza autorizando a repetição com *economia de energia e cálculo* dos *discursos de instituição* em que a sua eficácia simbólica assenta, uma ciência social da 'exclusão social' só pode almejar neutralizar (parcialmente) aquele efeito se a encarar (e, nesses termos, *dá-la a conhecer ao mundo*) como *construção social reificada*, produto de um longo trabalho colectivo (pontuado por uma vasta série de *actos de instituição*). Trabalho este realizado através de renovadas e por vezes bem vivas lutas simbólicas de classificação que, em vista da consagração estatal da 'exclusão social', cativa(ra)m e mobiliza(ra)m certos segmentos de agentes, movendo-se em campo(s) social(is) singular(es), em particular o burocrático, onde o *mote* do desapego e da transcendência dos interesses particulares (com os económicos *a cabeça*) é a expressão ditosa da *regra* (implícita) dos interesses legítimos (*monopólio do universal*). Trabalho que igualmente deu começo a uma *nova* identidade social oficial: a de 'excluído', permitindo amansar *metonimicamente* do lado do *corpo vivo* a indesmentível existência real da 'exclusão social'.

Esta focagem mais sugere, será agora pressa completar, uma desmontagem do processo de revestimento da problemática 'exclusão social' sob 'formas (ditas) científicas'. Fará ela emergir a deriva *interessada* com que tantos cientistas (sociais) afagam o seu *objecto de análise*. Desocultar-se-ão até *onde menos se esperaria*, isto é, nos enunciados de ciência mais *empenhadamente* autónomos (ou mais *progressistas*), os 'jogos sociais' cruzados e osmóticos em que eles se envolvem e os sentidos culturais que

por e para esses jogos carrilam. *Nidificação cúmplice* particularmente sensível no caso em que os cientistas tomam e assumem a posição (e a pose estilizada) autorizada (no campo burocrático) do *perito das 'questões sociais'* (e atenda-se ainda a peremptória mas pouco mais que idealizada exterioridade do registo pericial como *habeas corpus* ou como posição dita independente dos lugares de poder burocrático). Então este revestimento dar-se-á como *reconhecimento e ratificação* da 'exclusão social', associando--selhes forte impulso de legitimação da 'realidade social' nela inscrita. Revestimento como série de *actos de instituição*, pois, nada estranho ao trabalho colectivo acima invocado. Bem pelo contrário. Encostado mesmo à *sociogénese* de organismos e serviços, públicos e privados, seus agentes e produtos *simpáticos* da exsudação destes, firmados em terno de um *mercado* de bens e capitais materiais e simbólicos e. não menos importante, crescentes clientelas *fundadamente* expectantes. Com efeito, por força do aumento de diplomados (predispostos, no mínimo, a adoptar a *illusio* do campo) que esse mercado alargado induz, ao justificar a ampliação da oferta escolar credenciada nos domínios da chamada *acção social*, gera-se uma *pressão demográfica* que facilmente pode dar lugar a reivindicação legítima — não são esses diplomados portadores de títulos conformes de *nobreza de Estado*, forma burocratizada de capital simbólico?

Como me referia em *conversa casual* um colega com alguma vivência destas coisas, *os programas de luta contra a pobreza e a exclusão social* (produtos de *procura burocrática*) são óptimos pretextos (ferramentas) para angariar e reservar fundos financeiros que permitam a jovens de classes médias dotados de elevados capitais escolares em 'áreas de intervenção social* obter emprego (1.º emprego? Com maior ou menor estabilidade de carreira? Isso já é outra questão). Serão, nesta moldura, sobretudo um instrumento de redistribuição de recursos públicos que satisfaz (ou vai ao encontro de) uma *procura legítima de emprego* relativamente privilegiada que *de natura* dela se assenhoreia sem contestação. Descontando o valor (social) de antítese acanónica — se se entender, sem cuidar sequer do *fundo de verdade* que assiste esta objectivação —, este *desentorpecimento* chama-nos a atenção para o *problema* dos beneficiários da instauração da 'exclusão social' como 'realidade social'. Mesmo que seja por recôndita *porta traseira* (dito nestes termos porque leituras enviesadas com toda a probabilidade reii-caminharão para os *problemas reconhecidos* — mediática e politicamente — da fraude, do compadrio, da corrupção e da usurpação — afinal o que sfc procuraria mostrar e que todos lucram menos os destinatários *naturais*),

levar-nos-á a interrogar de fora a *illusio* (ilusão bem fundada) que se (re)produz (re)produzindo o dado da 'exclusão social'. Que, na forja kafkiana da *libido científica*, dirigida pois a (*im*)*pares* (rivais?) produtores de *ciência com (alva) alma*, se pode refundir na seguinte advertência:

Como se pode desalojar - é disso que se trata, ou não? — uma *representação dominante da realidade* (e ver para além do instituído, o que abrange este - uma restituição científica deste — em ruptura com as disposições mentais que numa certa modalidade de existência o reinventam e revigoram) se basta parte do trabalho de pesquisa e exegese a invoca, contribuindo assim (mesmo que se livre de considerar por omissão - o que nem sequer sucederá amiúde — como resolvido aquilo que precisamente importaria deslindar: *a crença inventada e os interesses sectoriais que alça que transub st anciã a representação em coisa*) para a fazer existir como realidade?

6. Razões de um título, razões de uma tragédia

Perder-se-á um título, o título escolhido, acaso o consideremos *comme il faut* na sua encoberta mas imensa e quase patética tragédia? Dificilmente levadiça, articula-se numa tentativa de reconstrução científica de alguma propriedade do *estado actual*, em feitura quotidiana, *do mundo (social) político* com uma recusa do *arbítrio de sedução* que, nas mais diversas modelações, faz acorrer cientistas sociais a nele ainda que indirectamente participar, ajudando designadamente a conservar ou transformar o espectro oficial dos 'problemas da sociedade'; ou, mesmo que o não façam, a nele se implicarem pela secreta esperança de *mudança política* que o *princípio da desfatalização* transporta - poderá tudo isto ter a ver, nalguns casos (cientistas sociais dominantes no seu campo científico), com a lógica específica do *campo do poder* de que fala Pierre Bourdieu, particularmente no que respeita às taxas de conversão recíproca das espécies legítimas de capital? Articulação trágica menos devida às interferências e interjeições de *leituras e censuras corruptoras* (apropriações assim pouco controladas), que presumivelmente a farão internar no *mundo social* pelo lado da violenta e radical *tomada de posição política* (entendendo-a talvez, hipóteses entre várias, como denúncia desencantada de todas as modalidades de transubstanciação na ordem lógica, aqui retida em metáfora, de *vil metal*, ou como ataque brutal a todos aqueles que, sibaritas ou não, *se fazem* pelo político), que aos traços para-

doxais do esboço de *modus operandi* científico que a ela confere, *significado puro*, singularidade como construção autónoma sem quaisquer emolientes (visíveis e invisíveis). É que, e aí está o *retorno de mundanal* que faz vibrar a tragédia, a ordem do juízo de valor nela está solidamente calcetada. Através da qualidade e profundidade da *desmontagem sociológica ou antropológica*, com as suas *universais* dicotomias avaliativas (no centro das quais a que majestaticamente divide boa e má ciência), sancionadas igualmente no mercado científico e fora dele, no, assim convencionado por comodidade divisória (uma má divisão?), *mundo social*.

Razão, bem feita esta conta, para não temer ou repudiar *mecanicamente* a transgressão da muito apreciada fronteira, a que antes aludi, entre *juízo de facto* e *juízo de valor*. Mas, muito além desse *problema*, reside um outro, para o qual de facto creio não haver resposta à *altura*. Mesmo que adoptemos aquilo que poderá ser *grosso modo* designado por lógica *terrorista*, que auto-inscreve em cada singular acto de ciência a suspeita de contaminação (outra vez o vocabulário médico-sanitário aparecido) pelo *mundo social*, sob a forma dos problemas, conceitos e instrumentos de conhecimento que neste, instituindo-se, fazem *carreira legítima*, exigindo pois, para todos eles, um permanente inventário crítico, não deixaremos de, conquanto de modo inadvertido, permitir a infiltração desse *mundo* no trabalho científico, ao menos de algumas das suas dimensões ideológico-simbólicas, por sinal das mais estruturantes em termos de *relações de sentido*. Com a qualidade do trabalho científico (dada, na *prece terrorista*, pelo princípio de *magnificência* da não-corroboração e da não-ratificação) vem, colada, a avalanche meritocrática, a distinção autoral, a hierarquia dos intérpretes e respectivas materializações em obra tutelar *de referência*. Quer dizer que mesmo a *cruzada* em favor da mais absoluta das *autonomias científicas* se constitui numa *encruzilhada* cujas bastidas são bem mais estacadas pelas *caixas negras* do mundo social do que os eventuais *mensageiros* daquela estão dispostos a admitir.

Dito isto, como encarar *em revisitação* a nem sempre inocente pretensão, abraçada, nuns casos com pundonor noutros com avidez sorrateira, por tantos homens de ciência social, de que «há uma missão dos investigadores, dos cientistas em particular — e essa missão talvez se torne especialmente premente no caso das ciências da sociedade —, que é a de restituir a todos as aquisições da investigação»⁴? Uma primeira possibilidade,

⁴ Pierre Bourdieu, *Sobre a Televisão*, Oeiras, Celta, 1999, pp. 5-6.

que francamente quase nada adianta, é, de acordo com a régua paradoxal da plena *separação das águas*, recusar liminarmente a *volição missionária* - recusa assim do ascendente lógico da *res publica*. Uma segunda possibilidade, mais complexa e também mais armadilhada, encoraja a transformar, verificadas certas condições (*as possíveis*, como se mostrou) de *não-coalição*, a tragédia insolúvel da prática específica das ciências da sociedade em instrumento simbólico de lutas políticas de classificação — recusando-se então o ascendente propriamente político da *República*. A terceira possibilidade, marginal mas nem por isso menos cativante, lavrá-la-ei em hipercodificação *nonsense*, este comutador ironicamente tão comum da disciplina científica, em duplo sentido. À questão prosaica: '*gostas mais do pai ou da mãe?*', responder-se-á sem hesitar '*quero carne*'. É a minha preferida, '*as the actress said to the bishop*'\

Bibliografia

- Aguiar, Joaquim, «As funções dos partidos nas sociedades modernas», *Análise Social*, vol. XXV, n.º 107, 1990, pp. 287-331. Almeida, João Ferreira de, *et ai.*, *Exclusão Social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta, 1992. Almeida, João Ferreira de, «Integração social e exclusão social: algumas questões», *Análise Social*, vol. XXVIII, n.ºs 123-124, 1993, pp. 829-834. Bauman, Zygmunt, *Modernity and Ambivalence*, Cambridge, Polity, 1993. Boltanski, Luc, Thévenot, Laurent, *De la Justification - les économies de la grandeur*, Gallimard, 1991.
- Boudon, Raymond, *Lléologie*, Paris, Fayard, 1986. Bourdieu, Pierre, «L'emprise du journalisme», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.ºs 101-102, 1994, pp. 3-9. Bourdieu, Pierre, «Esprits d'État - genèse et structure du champ bureaucratique», in *Raisons Pratiques - sur la théorie de l'action*, Paris, Seuil, 1994, pp. 99-133.
- Bourdieu, Pierre, *Sobre a Televisão*, Oeiras, Celta, 1999. Capucha, Luís, «Pobreza, exclusão social e marginalidades», in J.M.L. Viegas, A. F. Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta, 1998, pp. 209-242.
- Castro, José, Garcia, José Luís, «Os produtores de opinião pública: entre o grupo profissional e o grupo de status», in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento - actas do II Congresso Português de Sociologia*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 141-156.

- Champagne, Patrick, *Faire VOpinion - le nouveau jeu politique*, Paris, Minuit, 1990.
- Champagne, Patrick, «La vision médiatique», in Pierre Bourdieu (org.), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil, 1993, pp. 61-79.
- Conde, Idalina, «Artistas e cientistas: retrato comum», in J.M.L.Viegas, A. F. Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta, 1998, pp. 165-207.
- Costa, António Firmino da, «Um objecto de pesquisa com excesso de visibilidade?», *Sociedade de Bairro*, cap. 1, Oeiras, Celta, 1999, pp. 19-60.
- Ferreira, Vitor Sérgio, «A prática da crítica no contexto organizacional da imprensa escrita», *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 28, 1998, pp. 91-114.
- Foucault, Michel, *Les Mots et les Choses - une archéologie des sciences humaines*, Gallimard, 1966.
- Garcia, José Luís, Castro, José, «Os jornalistas portugueses. Da recomposição social aos processos de legitimação profissional», *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 13, 1993, pp. 93-114.
- Giddens, Anthony, *Beyond Left and Right — the future of radical politics*, Cambridge, Polity, 1994.
- Giddens, Anthony, *Politics, Sociology and Social Theory*, Cambridge, Polity, 1995.
- Giddens, Anthony, «What is social science?», «Brave new world: the new context of politics» e «The labour party and british politics», in *In Defence of Sociology - essays, interpretations and rejoinders*, caps. 3, 13 e 14, Cambridge, Polity, 1996, pp. 65-77, 224-239 e 240-271.
- Hermet, Guy, *Le Peuple Contre la Démocratie*, Fayard, 1989.
- Landowski, Eric, *La Société Réfléchie*, Paris, Seuil, 1989.
- Lefort, Claude, *Essais sur le Politique*, Paris, Seuil, 1986.
- Lenoir, Remi, «Objet sociologique et problème social», in Patrick Champagne, *et ai*, *Initiation a la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod, 1989, pp. 53-100.
- Matta, Roberto da, *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- Moscovici, Serge, *La Machine à Faire des Dieux*, Fayard, 1988.
- Nunes, João Sedas, *A Terceira Margem do Rio*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- Nunes, João Sedas, «Quando o vivo se quer (des)apoderar do (seu) vivido: algumas questões (outras e sociológicas) suscitadas pela temática da democratização cultural», *Cadernos de Ciências Sociais*, no prelo.
- Passeron, Jean-Claude, «Les mots de la sociologie - un lexique infaisable» e «Histoire et sociologie — identité sociale et identité logique d'une discipline», in *Le Raisonnement Sociologique — Vespaces non-poppérien du raisonnement naturel*, caps. II e III, Paris, Nathan, 1991, pp. 31-55 e 57-88.

- Santos, Boaventura de Sousa, «O social e o político na transição pós-moderna», «O Estado e os modos de produção de poder social» e «Subjectividade, cidadania e emancipação», in *Pela Mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*, caps. 4, 5 e 9, Porto, Afrontamento, 1994, pp. 69-101, 103-118 e 203-239.
- Sobral, José Manuel, «Religião, relações sociais e poder. A Misericórdia de F. no seu espaço social e religioso (séculos XIX-XX)», *Análise Social*, vol. XXV, n.º 107, 1990, pp. 351-373.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o Rico se Faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*, Lisboa, CNCDP, 1997.
- Silva, Augusto Santos, *Entre a Razão e o Sentido — Durkheim, Weber e a teoria das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1988.
- Touraine, Alain, *L'Après Socialisme*, Paris, Grasset, 1980.
- Weber, Max, *Economy and Society*, 2 vol., Berkeley, Los Angeles & London, UCP, 1978.